



Lei de Arbitragem, que desafoga tribunais, é aprovada no Senado

Proposta vai para sanção presidencial. Texto original foi elaborado por comissão de juristas criada em 2013 pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

Os objetivos da proposta aprovada ontem no Plenário do Senado são modernizar a lei que vigora desde 1996, tornar a arbitragem mais acessível à população e, por consequência, reduzir o volume de processos que chegam à Justiça. A arbitragem é um instrumento que permite que os conflitos sejam resolvidos fora dos tribunais, com a presença de um mediador. **3**



Renan Calheiros conduz a sessão em que o Plenário aprovou a modernização da Lei de Arbitragem: proposta permite solução de litígios fora dos tribunais

Genaldino Menezes/Agência Senado



Manifestantes contra a legalização do aborto participam do primeiro debate sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos

Aborto divide opinião de debatedores

Especialistas discutiram ontem proposta, de sugestão popular, que legaliza o aborto até a 12ª semana de gestação. Mor-

tes por abortos clandestinos foram argumentos dos defensores. Críticos dizem que números da prática ilegal são irrealistas. **10**

CPI para investigar assassinatos de jovens no país inicia trabalhos **5**

Medida provisória que altera pensão por morte passa em comissão mista **6**

HSBC Brasil diz não saber de contas na Suíça

À CPI do HSBC, o presidente do banco no Brasil, André Brandão, afirmou não ter acesso a informações sobre brasileiros com contas suspeitas no HSBC da Suíça. **5**



O presidente do HSBC no Brasil, André Guilherme Brandão, fala aos senadores

Plenário vota hoje projeto sobre direitos de domésticos

Sem consenso sobre questões como a alíquota de contribuição do empregador ao INSS, o Senado

adiou para hoje a votação da proposta que regula direitos garantidos aos domésticos em 2013. **3**

Renan reafirma independência em carta a Temer **2**

Políticas públicas terão prioridade **4**

Especialistas: MP do Futebol deve focar gestão dos clubes

Em audiência ontem na comissão mista que analisa a medida provisória, especialistas disseram

que o governo não deve se preocupar só com o refinanciamento das entidades esportivas. **12**

Avança texto que amplia lista de doenças com isenção de IR **8**

Proposta agiliza venda de bens apreendidos de traficante de droga **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Dibulgación/Interlegis



O senador Vicentinho fala durante a abertura do Encontro Interlegis, realizado na cidade de Porto Nacional (TO)

Interlegis oferece cursos a câmaras do Tocantins

Vicentinho Alves conduziu encontro em Porto Nacional, que contou com a presença de autoridades e servidores de 12 cidades do estado. Objetivo é aumentar eficiência, transparência e comunicação

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO Senado, Vicentinho Alves (PR-TO), abriu ontem o Encontro Interlegis em Porto Nacional (TO). Ele destacou o trabalho de aperfeiçoamento institucional do Poder Legislativo proporcionado pelo Programa Interlegis, que é vinculado ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado.

— Nesta semana, daremos um enorme salto para melhorar a eficiência, a transparência e a comunicação das Casas legislativas com a sociedade organizada do estado do Tocantins — disse o senador.

Os técnicos do Interlegis ofereceram oficinas de treinamento a servidores das câmaras municipais para que adotem os produtos tecnológicos que lhes são oferecidos. Vicentinho lembrou que os produtos e serviços do Interlegis são feitos em sistemas abertos e livres, que podem ser adaptados à necessidade de cada Casa e sem custo.

O senador ressaltou que o Interlegis vem contribuindo há 18 anos para “o aperfeiçoamento institucional do Legislativo, na implantação de um modelo de eficiência administrativa, transparência e de comunicação direta com a cidadania”.

O diretor-executivo do Interlegis, Helder Rebouças, falou da importância do programa, citando exemplos de como ele contribui para a transparência do Legislativo e a eficiência dos trabalhos das câmaras municipais e assembleias legislativas.

O coordenador de Formação e Atendimento à Comunidade do Programa Interlegis, Francisco Biondo, discorreu sobre a transparência no Legislativo. Ele se deteve especificamente no Solução Web Interlegis, pacote de ações que inclui implantação do Portal-Modelo — ferramenta desenvolvida pelo Interlegis para que as Casas legislativas tenham site na internet —, adoção do domínio .leg, hos-

pedagem no centro de dados do Interlegis e treinamento.

Entre anteontem e hoje, vereadores e servidores da Câmara Municipal de Porto Nacional e de 11 cidades vizinhas participaram da oficina de Portal-Modelo.

Amanhã e depois, o treinamento será destinado ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, que informatiza todo o processo legislativo de uma câmara, desde a inserção de dados sobre tramitação de propostas e a composição da Mesa e das comissões até a organização e o acompanhamento das sessões plenárias.

Participaram também da abertura do Encontro Interlegis o deputado Vicentinho Júnior (PSB-TO); os prefeitos de Aliança do Tocantins, José Rodrigues da Silva, e de Nova Rosalândia, Enoque Portilio; o vice-prefeito de Porto Nacional, Pedro Henrique Alves de Oliveira; e os presidentes das Câmaras Municipais de Porto Nacional, Jefferson Lopes; e de Guaraí, Jair Gaúcho.

Vanessa: taquigrafia garante Senado transparente

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou, em pronunciamento, o Dia do Taquígrafo, comemorado em 3 de maio, e elogiou o trabalho desses profissionais no Senado.

A senadora contou que a taquigrafia foi uma das primeiras ocupações a exigir que os postulantes comprovassem suas habilidades para entrar no serviço público. Em 1823, quando começava a taquigrafia no Congresso, determinou-se que esses profissionais deveriam prestar concurso público. Apesar da antiguidade, a profissão ainda não é regulamentada.

Segundo Vanessa, engana-se quem pensa que a taquigrafia é uma habilidade em desuso. A atividade se modernizou e já está on-line. O trabalho dos taquígrafos permite que as discussões e votações no



Vanessa mostra o *Jornal do Senado* de ontem, com homenagem aos taquígrafos

Senado estejam rapidamente disponíveis para a população na internet.

— Em minutos, a equipe da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar do Senado anota os debates em escrita rápida, transcreve para o português, revisa em duas etapas

e publica no Portal da Casa. Pelo computador, qualquer brasileiro pode acompanhar o processo legislativo através de documentos primorosamente estruturados e de consulta fácil. A taquigrafia hoje é símbolo do compromisso desta Casa com a transparência e a democracia.

Independência dos Poderes é indispensável, diz Renan a Temer

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou na página eletrônica da Presidência carta enviada ontem ao vice-presidente da República, Michel Te-

mer. Ele afirma disposição ao diálogo institucional e reitera que não há indicações para ocupar cargos no Executivo que devam ser atribuídas a ele.

Íntegra da carta

*Excelentíssimo Senhor
Michel Temer
Vice-presidente da República Federativa do Brasil*

Não pretendo rebater a nota de Vossa Excelência para não promover escalada retórica incompatível com nossa função institucional. Vossa Excelência tem suas razões. Eu, as minhas. Mas acima de ambos está o país.

Sempre busquei ser um agente facilitador de soluções afinadas com o interesse público e participar do debate de maneira construtiva. Eventuais dissonâncias fazem parte da harmonização da democracia que rege as instituições.

Transmito a Vossa Excelência — o que já fiz à presidente da República — que qualquer indicação para cargos do Executivo atribuída a mim deve ser descartada. A independência é condição indispensável para controle recíproco entre os Poderes e não deve ser embaçada por ações incompatíveis com o exercício da Presidência do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para louvar suas evocações. Os conceitos ressaltados por Vossa Excelência nos aproximam e tranquilizam a nação.

Reitero meu desejo de que Vossa Excelência, em um momento grave do país, desempenhe suas atribuições de coordenador político com êxito e me ponho à disposição para apoiar iniciativas que engrandecem a missão que desempenhamos.

Cordialmente,

*Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional*

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, substitutivo da Câmara a projeto do Senado que regulamenta a concessão de direitos aos domésticos.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

9h30 Renan vai à inauguração da nova galeria de ex-presidentes da CCI e do painel eletrônico do plenário 3 das comissões; às 16h, preside a ordem do dia.

CI/CDR Aviação civil

8h30 Audiência pública conjunta com o chefe da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, para debater as metas, prioridades e perspectivas para o setor.

CAS Seguro-desemprego

9h Na pauta, projeto sobre o seguro-desemprego em situação de calamidade natural e o que inclui o artesanato como seguro especial da Previdência Social.

CDH Confronto no Paraná

9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência pública interativa para debater o confronto entre a Polícia Militar e os professores do Paraná.

CCJ Custo de obras

10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa, entre 16 itens, o PLS 25/2012, que cria teto de 25% para acréscimo ao valor inicial de uma obra.

CDR Reunião deliberativa

10h A Comissão de Desenvolvimento Regional tem pauta com 12 itens. Entre eles, o PLC 48/2014 e o PLS 338/2014.

CE Audiência interativa

10h30 A Comissão de Educação debate o PLS 224/2012, que obriga bolsista da União a colaborar em escolas públicas.

MP DO FUTEBOL Debate interativo

14h A comissão que analisa a MP 671/2015 faz debate interativo. Participam árbitros e atletas profissionais.

ASSASSINATO DE JOVENS CPI

14h10 Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e designação do relator da CPI do assassinato de jovens.

PRIMEIRA INFÂNCIA Futuras mães

14h30 A Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz promove bate-papo com futuras mães.

MP 668/2015 Análise de relatório

14h30 Comissão mista volta a analisar parecer sobre a MP que aumenta alíquotas do PIS e da Cofins sobre importação.

MERCOSUL Eleições no Parlasul

15h Eleição dos vice-presidentes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; eleição do vice-presidente do Parlamento do Mercosul pelo Brasil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lei de Arbitragem é aprovada no Plenário e vai para sanção

Proposta amplia a aplicação de métodos extrajudiciais de solução de conflitos, de maneira a desafogar os tribunais. Anteprojeto foi apresentado por comissão de juristas criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em 2013

O SENADO REJEITOU ontem a emenda da Câmara (ECD 1/2015) ao projeto da Lei de Arbitragem (PLS 406/2013). Com a rejeição da emenda, os senadores restabeleceram o texto original do projeto, que vai para a sanção presidencial.

A iniciativa de reformar a legislação foi do presidente do Senado, Renan Calheiros, que em 2013 instituiu uma comissão especial de juristas para elaborar um anteprojeto. A comissão, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, entregou a sugestão de texto em outubro de 2013. No início do ano seguinte, a proposta foi para a Câmara, tendo voltado para o Senado em março passado.

O projeto amplia a aplicação da arbitragem, método extrajudicial de solução de conflitos. O intuito é tornar a arbitragem mais acessível e reduzir o volume de processos que chegam à Justiça. O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países que utilizam esse recurso, mas com as alterações pode passar a liderar o ranking.

Renan informou que o Judiciário tem 90 milhões de causas para julgar, com “caminhos demais e saídas de menos”. Segundo o presidente do Senado, a nova legislação vai ajudar a Justiça, oferecendo alternativas de conciliação. Ele disse que a arbitragem promove o consenso com “rapidez, seriedade e eficácia”:

— A arbitragem é fundamental para que possamos esvaziar as demandas



Plenário do Senado na votação do projeto da Lei de Arbitragem: emenda da Câmara foi rejeitada

judiciais. É uma ferramenta moderna e isso vai ajudar no desenvolvimento da nossa economia.

Omar Aziz (PSD-AM), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) elogiaram a proposta. Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que a matéria é “muito importante”, enquanto Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) definiu o projeto como “avanço para o Brasil”. Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o projeto ajuda a modernizar o Judiciário:

— A Lei de Arbitragem deve ser aplaudida por todos nós.

O relator da matéria, José Pimentel (PT-CE), acatou emendas de redação.

A mudança sugerida pelos depu-

tados, que terminou sendo rejeitada pelo Senado, previa a inserção de um dispositivo exigindo regulamentação prévia para a adoção da arbitragem nos contratos públicos. A arbitragem também deveria ser prevista nos editais ou nos contratos da administração.

Em visita ao presidente Renan Calheiros no final de março, o ministro Luis Felipe Salomão defendeu o texto original e apontou que a mudança da Câmara poderia colocar em risco as arbitragens relacionadas à administração pública. Para o ministro, as alterações dos deputados seriam “um retrocesso”, já que o texto do Senado “é muito bom”.

Votação de texto sobre domésticos volta à pauta

Por falta de acordo, o Senado adiou para hoje a votação do projeto que regulamenta direitos dos trabalhadores domésticos (PLS 224/2013 — Complementar). O texto, aprovado em 2013 pelo Senado, sofreu mudanças na Câmara e voltou na forma de substitutivo (SCD 5/2015). Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, dois pontos ainda causam divergência entre os senadores: a contribuição ao INSS e a multa do FGTS.

Entre os pontos alterados pelos deputados, está o valor da contribuição do empregador para o INSS. O texto da Câmara fixou a contribuição em 12%, mas o texto aprovado no Senado previa alíquota de 8%. A redução seria para compensar a cobrança de mais 0,8% para um seguro contra acidente e 3,2% para a rescisão contratual. Os 3,2% da rescisão iriam para um fundo, em conta separada, destinado a cobrir a multa de 40% do FGTS no caso de demissão sem justa causa. Essa cobrança parcelada também foi extinta pela Câmara, mas pode ser resgatada, de acordo com os relatórios de Ana Amélia (PP-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e de Romero Jucá (PMDB-RR) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A gente pediu tempo, porque há preocupação de que estejamos retirando direitos dos trabalhadores — argumentou Lindbergh Farias (PT-RJ), para quem a divisão da multa mês a mês não

garante o pagamento ao trabalhador.

Segundo Jucá, o pagamento dos 3,2% seria como uma poupança para que o empregador pudesse arcar com a multa.

O valor da contribuição do empregador ao INSS é polêmico porque representantes do Ministério da Previdência estimam uma perda de R\$ 700 milhões ao ano com a redução. Segundo Renan e Jucá, o cálculo atuarial está errado, porque há expectativa de maior formalização, o que aumentaria o valor arrecadado pelo governo.

— O governo está tendo uma pequena perda. Agora, entre o governo ter perda e a família brasileira ter perda, quem tem que ter perda é o governo. A perda é suportável, a arrecadação vai aumentar — previu Jucá.

O texto foi elaborado para regulamentar a Emenda Constitucional 72, resultante da PEC das Domésticas. Por falta de regulamentação, ainda estão pendentes direitos como FGTS, seguro-desemprego, auxílio-creche e seguro contra acidente de trabalho.

Relatório de Ana Amélia mantém alíquota de 8% para contribuição do empregador ao INSS

A relatora do texto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ana Amélia (PP-RS), disse que foi retomada a ideia de cobrança de uma alíquota de 8% da contribuição ao INSS por parte do empregador porque ele terá a responsabilidade também de pagar 8% ao FGTS, que é um novo direito a ser usufruído pelos trabalhadores domésticos.

Somando-se as duas taxas, chega-se a 16%, devendo-se acrescentar ainda outras duas alíquotas de contribuição — 3,2%, que o empregador depositará na conta do empregado a título de poupança para pagar a multa de 40% em caso de demissão sem justa

causa, e mais 0,8%, que, segundo a senadora, é uma alíquota que está sendo criada para o caso de acidente de trabalho.

— A soma dessas contribuições de responsabilidade do empregador chega a 20%. Se eu tivesse acolhido o dispositivo da Câmara, esse encargo do empregador somaria 23%. Atenuamos isso e criamos condições reais de aumentar a formalização do trabalho doméstico, porque 80% desse trabalho é informal, segundo cálculos das categorias. Estamos criando um regramento que dá segurança não só ao empregador, mas também ao trabalhador doméstico — disse.

Para Paim, projeto sobre terceirização precisa ser debatido sem pressa

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o projeto que regulamenta a terceirização na atividade-fim precisa ser discutido no Senado, sem pressa. Ele se disse contrário à proposta aprovada na Câmara, frisando que o Senado precisa alterar ou até mesmo fazer projeto substitutivo, regulamentando os 12 milhões de trabalhadores terceirizados. O senador afirmou que o texto, como foi aprovado na Câmara, retira direitos e que isso ele não irá permitir:

— O caminho mais correto para aqueles que querem regulamentar a terceirização e não retirar direitos dos trabalhadores é construir um projeto apoiado por todos os líderes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pimentel pede ação que reduza rotatividade da mão de obra

José Pimentel (PT-CE) defendeu mecanismos que diminuam a rotatividade da mão de obra, o que, em sua avaliação, aumenta a demanda pelo seguro-desemprego. O senador chamou a atenção para a regra que reduziu os acidentes de trabalho, com a concessão de bônus de seguro para as empresas com acidentes abaixo da média, e disse esperar que um dispositivo semelhante diminua a rotatividade de trabalhadores.

Ao defender soluções negociadas entre capital e trabalho, Pimentel declarou contar com o esforço do fórum de centrais sindicais, empregadores, aposentados e governo, criado em abril.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medidas do ajuste fiscal poderão enfraquecer a economia, avalia Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que as mudanças feitas pela MP 655/2014 em benefícios trabalhistas poderão prejudicar muitos brasileiros e advertiu que a economia pretendida não será positiva.

— Trata-se de um dinheiro que, por sua natureza, tem efeito multiplicador. Portanto, em que pese representar um alívio para os cofres públicos, esse corte pode retirar liquidez do mercado e enfraquecer ainda mais a economia.

Raupp reconheceu que há consenso sobre a necessidade do ajuste para organizar as contas públicas e criar condições para o crescimento econômico, embora a forma seja controversa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado indica nomes para dois conselhos nacionais

Os líderes partidários indicaram ontem Fabiano Silveira e Leonardo Carvalho para reintegrarem o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Os nomes seguem à Comissão de Constituição e Justiça.

Renan reforça avaliação de políticas públicas

Para o senador, análise a ser feita pelas comissões permanentes fortalece o papel fiscalizador e o protagonismo do Congresso em parceria com o Tribunal de Contas da União

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, reuniu os presidentes das comissões permanentes ontem para reforçar que os colegiados façam a avaliação de políticas públicas do Poder Executivo.

— Essa medida complementa o papel fiscalizador do Congresso e fortalece o protagonismo do Legislativo — disse Renan.

O senador lembrou que já existe um acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU) para busca de informações sobre as políticas que podem ser avaliadas. Este é o segundo ano em que as comissões vão analisar políticas do Executivo.

Segundo Renan, o trabalho foi prejudicado no ano passado pelo processo eleitoral e nem todas as comissões conseguiram aprovar um relatório. O resultado é publicado e enviado ao ministério responsável pela política analisada.

Até agora, 7 das 13 comissões definiram políticas para avaliação (*veja quadro*). A de Educação, Cultura e Esporte (CE), por sua vez, deverá eleger temas para cada área de atuação: Bolsa Atleta, Olimpíadas e Paraolimpíadas, no esporte; tempo integral, na educação; e o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, na cultura.



Em reunião com os presidentes de comissões, Renan lembra que, em 2014, trabalho foi prejudicado pelas eleições

Consultorias definiram referencial para análise de ações e programas

O referencial para a avaliação de políticas públicas, elaborado pela Consultoria Legislativa e pela de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, começa a ser usado neste semestre. As comissões têm até 31 de maio para definir os temas que vão abordar.

De acordo com a Consultoria Legislativa, a avaliação é voltada para os resultados e faz a mensuração da efetividade das ações e dos programas que compõem a política.

De cada análise resulta um relatório, que deve conter o diagnóstico do desempenho da política, as recomendações do Legislativo ao Executivo e e as sugestões feitas ao próprio Parlamento, na forma de projetos de lei, por exemplo.

O trabalho foi iniciado em 2014, quando foram avaliados, entre outros, o Plano Nacional de Banda Larga e a estruturação dos destinos turísticos. A atividade obedece à Resolução 44/2013 do Senado.

Veja as sete comissões que já escolheram temas

POLÍTICA PÚBLICA	RELATOR
CAE Os impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados	A definir
CMA A revitalização do Rio São Francisco	A definir
CDH Programas e políticas públicas do Poder Executivo relacionados às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher	Senadora Regina Sousa (PT-PI)
CRE Área de indústria de defesa nacional	Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
CDR Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)	Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
CRA Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater)	Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Política de defesa agropecuária no país	Senador Dário Berger (PMDB-SC)
CCT Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fronteiras	Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Plenário retoma reforma política em 15 dias

O financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais será apreciado daqui a duas semanas. A decisão foi anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunião de líderes ontem.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2011, do ex-senador José Sarney, faz parte de um conjunto de matérias relacionadas à reforma política selecionadas pelos líderes.

— Há uma exigência muito grande da sociedade e é

fundamental que o Senado delibere sobre isso — disse Renan.

O presidente lembrou que o Senado já aprovou outros projetos de reforma política. Ele destacou a proibição de coligações nas eleições proporcionais (PEC 40/2011), aprovada em março, e acrescentou que, na sequência do projeto sobre financiamento de campanha, outros temas da reforma política serão pautados.

O líder do PSDB, senador

Cássio Cunha Lima (PB), porém, apontou que pode “não ser produtivo” o Senado discutir propostas enquanto a Câmara dos Deputados tem uma comissão específica para a reforma política. Para Cássio, o ideal seria aguardar as matérias que chegam da Câmara, para que o Senado atue como casa revisora.

— É como se estivéssemos cavando duas bocas de um túnel que não se encontram na metade do caminho — alertou.

Jorge Viana defende Lula de acusações de revista sobre tráfico de influência

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o ex-presidente Lula de acusações feitas pela revista *Época* de tráfico de influência no Brasil e no exterior.

O senador afirmou que a imprensa está entrando em um caminho perigoso de noticiar o início de uma investigação como se fosse condenação. Ele defendeu a livre imprensa, mas lamentou que a revista tente atingir a biografia de um líder que tirou o Brasil da miséria.

— Não é justo que transformem as qualidades do presidente Lula em defeito. Isso tem que ter fim. Não é possível. Isso beira o preconceito. Me parece que tem pessoas ocupando funções importantes em instituições responsáveis por inquérito fazendo uso partidário político, querendo dirigir uma investigação — disse.

A matéria se baseia em informações do Ministério Público Federal.

Comissão debaterá rombo em fundo de pensão

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai debater com a diretoria do Postalís (Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos) o motivo do rombo veiculado na imprensa de aproximadamente R\$ 5,6 bilhões no fundo de previdência dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A audiência, proposta por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), foi aprovada ontem.

Caiado havia sugerido a convocação do ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, mas concordou em adotar a lista sugerida por Flexa: o presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista; o presidente dos Correios, Wagner de Oliveira; o diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Carlos de Paula; o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares, José dos Santos Neto; e o presidente da

Associação dos Profissionais dos Correios, Luiz Alberto Barreto.

Para cobrir o rombo, os funcionários da ECT terão descontados 25% dos seus salários por 15 anos e meio.

— Fui procurado por funcionários da ECT que estão bastante temerosos com a participação extra de 25%. Somados aos 13% que já recolhem, o desconto representará 38%. Esse desconto é inviável e injusto. Precisamos esclarecer este problema — afirmou Flexa Ribeiro.

Aloysio Nunes aponta problemas no discurso de Dilma no Dia do Trabalho

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) refutou informações contidas no pronunciamento da presidente Dilma Rousseff no Dia do Trabalho.

Segundo ele, Dilma disse que o salário mínimo cresceu 14,8% acima da inflação no primeiro governo dela. Ele explicou, porém, que o crescimento real do mínimo vem desde o governo FHC, que, na primeira gestão, garantiu ganhos de 30,5% para o mínimo acima da inflação, mais que o dobro dos ganhos no governo de Dilma.

Ele advertiu que, ante a baixa atividade econômica, a perspectiva de reajuste é negativa.

— O reajuste é dependente do crescimento passado. E se o Brasil vai encolher, também o salário mínimo vai encolher.

O senador criticou Dilma por citar, entre os benefícios ao trabalhador, a correção da tabela do Imposto de Renda.

— Esse imposto incide sobre a renda. Se a renda do trabalhador encolhe por causa da inflação, a retenção do imposto também tem que cair.

HSBC diz não ter acesso a dados de correntistas brasileiros na Suíça

Em audiência, presidente do banco no Brasil afirmou que escândalo do swissleaks é “foto antiga”, que não corresponde mais à realidade

O PRESIDENTE DO HSBC no Brasil, André Guilherme Brandão, disse que o banco não tem acesso a contas mantidas por clientes brasileiros em outros países e que qualquer transação financeira com o exterior é feita por meio de operação registrada no Banco Central.

Brandão não soube informar quantos brasileiros têm conta no HSBC no exterior, mas disse que o banco monitora 50 agências de forma ininterrupta — em que qualquer saque ou depósito é identificado. Ele garantiu ainda que o banco colabora com as autoridades e não mantém informação privilegiada.

Em audiência pública ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do HSBC, Brandão comparou o escândalo swissleaks a uma “fotografia antiga” e ressaltou que os dados dos correntistas vazados à imprensa foram obtidos por meio da ação criminosa de um ex-funcionário da banco. O escândalo diz respeito a milhares de contas secretas mantidas na filial suíça em 2006 e 2007.

— Esse caso mostra a imagem de uma Suíça da qual não gostamos, de dez anos atrás. É uma fotografia antiga, diferente do banco de hoje. É uma Suíça diferente do que é hoje. Não está claro se a integridade dos dados foi preservada e se os dados originais estavam corretos. São dados antigos. Estou tendo conhecimento deles a partir da imprensa — afirmou.

O episódio envolve depósitos totais de mais de US\$ 100



André Brandão (D), presidente do HSBC no Brasil, fala à CPI, ao lado de Randolfe Rodrigues, Paulo Rocha e Ricardo Ferraço

bilhões, mantidos em Genebra por 106 mil clientes de 203 países. Os dados apontam o Brasil como o nono país com o maior valor depositado (US\$ 7 bilhões) e o quarto em número de clientes (8.667).

— A base de dados foi furtada do banco. O número total de clientes ativos nunca ultrapassou 30 mil clientes na Suíça. Não tenho como confirmar ou negar a quantidade de clientes brasileiros na Suíça. Nem eu nem o presidente mundial do banco podemos confirmar ou negar a existência de contas abertas. Essas informações são protegidas pelo sigilo da Suíça.

Lavagem de dinheiro

Brandão disse que o HSBC vem atuando na prevenção da lavagem de dinheiro de forma contínua nos últimos anos e que essas operações são informadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que atua como unidade de inteligência financeira no país.

Brandão disse que o banco fez uma revisão completa de 10 mil clientes, encerrando o relacionamento com aqueles considerados de alto risco, fechando agências e promovendo investimentos em capacitação de pessoal para avaliação de condutas de risco.

O que se alterou com o escândalo, disse Brandão, foi o aprimoramento do conhecimento do cliente. Qualquer futuro correntista precisa passar por uma entrevista e todos são classificados nas categorias de alto, médio e baixo risco.

Ele disse ainda que, entre 2002 e 2007, o banco manteve um escritório de representação no Brasil para operações de *private bank*, mas não soube dizer quem respondia pela sucursal. Ele se comprometeu a encaminhar os dados à CPI e explicou o processo de abertura de conta em outro país:

— O HSBC no Brasil não abre contas no exterior, faz apenas uma indicação. O Banco Central nos permite

apenas indicar e apresentar os clientes. As contas são abertas seguindo as regras do próprio país. No Brasil, o banco não participa nem da abertura da conta e não recebe informação do processo. Somente alguém do banco da Suíça poderia fazer algum comentário para esclarecer a comissão. E os responsáveis pelo banco não podem falar sobre contas de indivíduos na Suíça, de acordo com a legislação daquele país.

Se a indicação gerar alerta de suspeita, disse Brandão, a conta será fechada.

O HSBC, ressaltou o relator da CPI, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), está sendo processado pela Justiça francesa, que acolheu as denúncias oriundas do swissleaks. Nos EUA, o banco firmou um ajuste de conduta com a Justiça e pagou multa de US\$ 1,9 bilhão por práticas de lavagem de dinheiro.

O presidente da CPI é Paulo Rocha (PT-PA). O vice é Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Comissão mista aprova MP que aumenta em R\$ 50 bi repasse ao BNDES

A comissão mista que analisa a MP 663/2014 aprovou ontem relatório de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) sobre a medida que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos repassados pela União ao BNDES.

Com o novo teto, os benefícios concedidos com baixas taxas de juros às estatais passam a totalizar R\$ 452 bilhões no período de novembro de 2009 a dezembro de 2015. Os incentivos ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) foram instituídos em 2009 para driblar a crise de 2008. O limite inicial era de R\$ 402 bilhões. Um dos objetivos da MP é modernizar o parque industrial brasileiro.

No parecer, Ataídes entende que a decisão do governo de incentivar programas de investimento favorece o crescimento econômico do país.

Das 48 emendas apresenta-

das, o relator acolheu só a de José Serra (PSDB-SP) que prevê a publicação na internet do impacto fiscal das operações do Tesouro com o BNDES e os

valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de de juros.

— A emenda caminha no mesmo sentido de aumentar

a transparência da atuação do BNDES — disse Ataídes.

A MP segue agora para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Na pauta, debate sobre empréstimos do banco para o exterior

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), anunciou ontem uma reunião com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para discutir o financiamento pela instituição a empreendimentos no exterior. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) também deve participar das discussões, ainda sem data.

Delcídio, que já conversou sobre o assunto com Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP),

disse que a ideia é, resguardado o sigilo comercial, permitir aos senadores acesso a dados das operações. Segundo ele, Coutinho já se colocou à disposição para o debate.

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou necessário a CAE reexaminar uma resolução do Senado que possibilita a concessão desses empréstimos sem autorização da Casa. O senador considerou a norma “uma janela aberta na Constituição” e anunciou já ter solicitado à Consultoria

do Senado estudos para a revogação da resolução.

— Constantemente somos questionados por cidadãos por que o Senado aprova esses empréstimos e depois os discute, como estamos fazendo hoje, por exemplo. Ocorre que não estamos aprovando a concessão desses empréstimos e há uma brecha legal que oferece ao governo alternativa de conceder empréstimos a outros países sem autorização do Senado. Precisamos colocar um fim nisso — disse Alvaro.

Senado instala hoje CPI que vai investigar assassinato de jovens

Será instalada hoje a comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar o assassinato de jovens no Brasil. No ato de instalação, serão eleitos o presidente, o vice-presidente e o relator da comissão.

Compõem a CPI, como membros titulares, os senadores Lídice da Mata (PSB-BA), autora da proposição, Paulo Paim (PT-RS), Lindbergh Farias (PT-RJ), Roberto Rocha (PSB-MA), Ângela Portela (PT-RR), Telmário Mota (PDT-RR), Simone Tebet (PMDB-MS), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Magno Malta (PR-ES). Como suplentes, participam os senadores Humberto Costa (PT-PE), Fátima Bezerra (PT-RN) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— A CPI é extremamente importante porque irá garantir a investigação dessa situação que aflige a população brasileira, mães e pais de família que perdem seus filhos diariamente nas periferias das grandes cidades. As principais vítimas de morte violenta no Brasil são jovens entre 16 e 27 anos de idade. Trata-se de uma agenda extremamente importante para a juventude brasileira — afirmou Lídice.

Vítimas

Na justificativa do requerimento da CPI, a senadora citou pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que mostra que mais de 42 mil adolescentes (de 12 a 18 anos) poderão ser vítimas de homicídio nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes entre os anos de 2013 e 2019. Isso significa que, para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem assassinadas antes de atingirem 19 anos de idade. A taxa representa um aumento de 17% em relação a 2011.

Adolescentes negros têm quase três vezes mais chance de morrerem assassinados do que os brancos. Outro fator é que a maioria dos homicídios é cometida com arma de fogo.

De acordo com outro estudo, o *Mapa da Violência 2014*, 9.295 adolescentes e jovens com idade entre 15 e 19 anos foram assassinados em 2012 no Brasil. No mesmo ano, ocorreram ainda 473 mortes violentas de meninos entre 10 e 14 anos, o que equivaleria a 27 mortes por dia.

A instalação será às 14h10, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Avança estímulo ao uso de energia solar na irrigação

Objetivo da proposta, que agora vai para a Comissão de Agricultura, é reduzir o custo dos equipamentos de geração energética e, ao mesmo tempo, promover as plantações sustentáveis

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem o PLS 382/2014, de Wilder Moraes (DEM-GO), que estimula o desenvolvimento de sistemas de irrigação alimentados por energia solar. O texto vai agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que terá a palavra final sobre o assunto.

O projeto altera as leis da Política Agrícola e da Política Nacional de Irrigação, visando

promover a irrigação sustentável por meio de estímulos à geração de novos equipamentos que utilizem fontes de energia renovável, como a solar fotovoltaica (que usa a luz do sol para produção de energia). O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou emenda para incluir a previsão de estímulo ao uso sustentável dos recursos hídricos.

O senador acredita que as medidas podem reduzir o custo dos equipamentos de aproveitamento da energia solar,

beneficiando a agricultura e contribuindo para a preservação dos recursos naturais.

A incidência de luz solar no Brasil na maior parte do ano é apontada como vantagem para a ampliação dessa tecnologia, mas o preço dos equipamentos é considerado um obstáculo à sua disseminação.

— Temos a necessidade de promover novas fontes de energia para que a produção possa ocorrer em todos os locais do país sem demandar grandes investimentos, usando



Viana, Jucá e Caiado discutem projeto de lei na Comissão de Meio Ambiente

o que o Brasil tem de grande potencial — afirmou o relator.

Jucá apontou outra vantagem que resultará do melhor aproveitamento da luz solar nas atividades agrícolas:

— O uso da energia solar para fins de irrigação permitirá desonerar a rede convencional

de energia elétrica nos horários de elevação da demanda.

No debate, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) relatou dificuldades de abastecimento energético na Região Norte e disse acreditar que o estímulo à energia solar poderá ser uma solução.

Consumo de água em minerodutos será tema de audiência

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promoverá audiência pública sobre a utilização de água pelos minerodutos. Requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) propondo o debate foi aprovado ontem.

Minerodutos são grandes tubulações que levam o minério de ferro em estado arenoso misturado com água, a quilômetros de distância. Os sistemas operam ininterruptamente, usando grandes volumes de água, sem que haja regramento e fiscalização para a utilização do recurso.

— Há uma lacuna legal



Mineroduto em Minas Gerais: para Capiberibe, setor precisa de fiscalização

quanto aos procedimentos de uso da água para transporte de minérios por minerodutos — disse o senador.

Frente aos problemas de falta de água para abastecer a população, Capiberibe propõe que a CMA discuta as regras de uso

do recurso pelos minerodutos. Ele sugere que sejam convidados Vicente Andreu Guillo, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); Sérgio Dâmaso de Sousa, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);

Zani Cajueiro Tobias de Souza, procuradora da República; José Fernando Coura, presidente do Instituto Brasileiro da Mineração; Lúcio Flávio Pinto, editor do *Jornal Pessoal*; e representantes do Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Também foi aprovado requerimento para audiência sobre a geração de energia solar no Brasil. Capiberibe quer ouvir o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e outros dirigentes sobre quais medidas estão sendo tomadas para desenvolver o setor.

Os resultados positivos da chamada moratória da soja — proibição da comercialização de soja plantada em área desmatada na Amazônia Legal — também serão tema de audiência na CMA. Foi aprovado requerimento de Capiberibe para debate sobre o assunto. O compromisso, conforme o senador, é hoje um marco positivo para a agropecuária e para o controle do desmatamento da Amazônia.

Também foi aprovado requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) para debate sobre os impactos da redução da vazão do Lago de Sobradinho, na Bahia.

Brasil pode aprender com EUA a gerir crise de água, diz Bezerra

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) participou de visita oficial aos Estados Unidos, onde conheceu a experiência da Califórnia na gestão de recursos hídricos. O senador lembrou que o estado enfrenta a maior estiagem da história, situação que, em sua avaliação, tem sido enfrentada com “planejamento, criatividade e ousadia” que podem servir de exemplos no Brasil.

Além de destacar a importância da tecnologia de captação, armazenamento e reciclagem de água, ele classificou de notável o esforço de reeducação das pessoas, que são estimuladas a reduzir o consumo de água.

— A água é o recurso mais importante do planeta. Sem água não há futuro possível. Preservá-la e planejar seu uso racional e seguro é um dever de todos. Diversas técnicas aqui são de baixo custo, mas representam importantes impactos.

Pinheiro: economia do Nordeste vive período crítico

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o governo federal precisa olhar com mais atenção para o Nordeste, porque a região passa por um “período crítico”.

A crise energética e hídrica é evidente no Nordeste, afirmou o senador, lembrando que a questão impacta a agricultura e a indústria. Ele citou a queda na venda de veículos e na geração de empregos.

Pela primeira vez em oito anos, disse Pinheiro, a Bahia tem números negativos na criação de postos de trabalho.

— É importante a gente olhar para uma região que nos últimos oito anos vinha tendo um crescimento acelerado e que, portanto, precisa desses investimentos, da retomada das obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], das obras de infraestrutura e de um programa que restabeleça a geração de postos de trabalho.

Telmário apoia decisão do governo sobre cadastro rural

Telmário Mota (PDT-RR) disse que foi acertada a decisão do governo de prorrogar por um ano o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Ele explicou que esse cadastro é “da maior importância” porque dá suporte aos agricultores no licenciamento ambiental das terras, empréstimos em bancos e monitoramento da propriedade.

O senador informou que em Roraima mais de 10 mil estabelecimentos necessitam obter o cadastro ambiental rural.

— Temos 8,9 mil agricultores da agricultura familiar e 1,4 mil agricultores que não são da agricultura familiar. Nos 15 municípios [de Roraima], temos 12 mil propriedades em 62 assentamentos. Portanto, estamos muito felizes em conseguir essa prorrogação porque ela vai facilitar a vida do agricultor.

Comissão mista aprova MP que muda regras de pensão por morte

A medida provisória do ajuste fiscal que altera as regras para concessão de pensão por morte e auxílio-doença (MP 664/2014) foi aprovada ontem pela comissão mista criada para analisar a matéria. O texto aprovado é o relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). A MP agora segue para análise do Plenário da Câmara, onde tranca a pauta de votações.

O relator reduziu de 24 para 18 meses o prazo mínimo de contribuição para que o cônjuge ou companheiro tenha direito à pensão por morte. A medida também exige um tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável.

Mas o relatório prevê que, no caso de o segurado morrer antes de completar 18 meses de contribuição, ou se a união tiver menos de dois anos, o parceiro terá direito a quatro meses de pensão.

Carlos Zarattini destacou que, em seu relatório, a pensão volta a ser integral,

e não mais distribuída na cota familiar, como previa a proposta original, que dava direito a 50% da pensão para o cônjuge e mais 10% para cada dependente, até o máximo de cinco.

— Hoje não existe mais aquela discussão se a pensão vai ser menor. Vai ser a pensão exatamente igual ao valor da aposentadoria do segurado que faleceu — explica.

Em relação ao auxílio-doença, o relatório mantém a obrigação da empresa de pagar ao seu empregado o salário durante os primeiros 30 dias de afastamento, o dobro do que previa a legislação anterior à MP.

Alguns deputados foram contrários à aprovação. Entre eles, Glauber Braga (PSB-RJ), para quem o governo não pode realizar cortes de gastos justamente entre aqueles com menor renda. Na opinião do deputado, seria melhor taxar as grandes fortunas para cobrir o rombo orçamentário.

(Da Agência Câmara)

Comissão aprova projeto que agiliza venda de bens do tráfico de drogas

Proposta determina comunicação imediata ao juiz competente sobre apreensão de carros, barcos, aviões e helicópteros de traficantes

A ALIENAÇÃO DE veículos, embarcações e aeronaves usados no tráfico de drogas poderá ser feita mais rapidamente. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o substitutivo de Humberto Costa (PT-PE) ao PLS 277/2011, que determina a comunicação imediata da apreensão desses bens ao juiz competente, que terá 30 dias para autorizar a venda.

O texto de Humberto substituiu a versão original do projeto, que retirava prerrogativas da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) com o objetivo de descentralizar as decisões sobre a alienação. O relator concordou em tornar mais ágil a alienação para impedir a deterioração e a perda de valor desses bens, mas sugeriu a destinação dos valores arrecadados ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad), administrado pela Senad.

O substitutivo atribui ao ofi-



Carros apreendidos em Nova Maringá (MT): projeto torna mais rápida a alienação de bens de traficantes de drogas

cial de justiça a prerrogativa de avaliar os bens apreendidos no prazo de cinco dias. Caso sejam necessários conhecimentos especializados, o avaliador nomeado pelo juiz terá prazo de até dez dias para fazer a avaliação.

Segundo o substitutivo, o juiz ordenará à autoridade ou

órgão de registro e controle a expedição de certificado e de licenciamento em favor do arrematante, que ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Ainda de acordo com o substitutivo, se a apreensão for de moeda estrangeira, o juiz determinará a conversão em

moeda nacional para depósito em conta judicial. Após sentença condenatória com trânsito em julgado (sem possibilidade de recurso), o dinheiro será transferido ao Funad.

O projeto agora seguirá para decisão final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Serviços de monitoramento de veículos poderão pagar ISS

Os serviços de monitoramento e rastreamento de veículos estão sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). O PLS 501/2013 — Complementar, que explicita a cobrança, foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O texto agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o autor, Romero Jucá (PMDB-RR), os estados equivocadamente interpretam que monitoramento e rastreamento de veículos de carga seriam uma modalidade de prestação de serviço de comunicação sujeito à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Segundo Jucá, chegaram a firmar um convênio no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) limitando em 12%

a alíquota de ICMS incidente sobre esses serviços.

A Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997) distingue os serviços de telecomunicações dos chamados serviços de valor adicionado, a exemplo dos oferecidos pelas empresas de tecnologia de informação veicular (TIV). O PLS 501/2013 altera a redação da lista de serviços sujeitos ao pagamento de ISS, acrescentando os serviços de rastreamento e explicitando que, entre esses serviços, sejam incluídos os realizados por empresas de TIV.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recomendou a aprovação. Segundo ele, apesar de a lei já explicitar que os serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas estão sujeitos ao ISS, os serviços de monitoramento e rastreamento de veículos se encontram num “limbo tributário”.



Flexa Ribeiro, relator do projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia

Gurgacz defende texto sobre bombeiro militar

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu apoio à aprovação de projeto dele que institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares. O PLS 194/2014, que foi aprovado na CAE ontem (veja nesta página), terá decisão terminativa na CCJ. O senador explicou que o texto fixa as diretrizes da política e também busca reaparelhar os corpos de bombeiros.

— A verdade é que a situação dos bombeiros em nosso país é ainda muito precária. Nós temos, aproximadamente, 4,8 mil cidades sem bombeiros, onde a espera por socorro é muito grande.

Amorim apoia servidores do estado de Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que os servidores públicos de Sergipe não tiveram o que comemorar no Dia do Trabalho. Os salários foram pagos com atraso e depositados em duas parcelas, o que revoltou a categoria, relatou.

O senador acrescentou que o governo está descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e o plano de cargos e salários dos funcionários.

— Sabemos que um choque de gestão e a redução séria dos gastos públicos ajudariam e muito a tirar o estado desse caos em que nos encontramos.

Valadares lamenta morte de ex-prefeito

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou voto de pesar pela morte do ex-prefeito de Itabaianinha

(SE), Joaldo Lima de Carvalho, mais conhecido como Joaldo da Laranjeira. Ele foi morto a tiros na tarde de sábado em sua fazenda.

Valadares lembrou que Joaldo era um homem de índole pacífica, sem maldade e conceituado pelos enormes serviços prestados à comunidade como gestor público. O senador lamentou o alastramento da violência para a zona rural e pediu justiça às autoridades na investigação do assassinato.

Pedro França/Agência Senado



Presidente da comissão, Delcídio do Amaral, e vice, Raimundo Lira, em debate

Avança proposta que cria política nacional para corpos de bombeiros

A universalização e a melhoria da oferta dos serviços prestados pelos corpos de bombeiros são os principais objetivos da política nacional para essas corporações prevista num projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De Acir Gurgacz (PDT-RO), o PLS 194/2014 tem o apoio do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom).

O projeto estabelece as diretrizes da Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública. Entre elas, estão a promoção da integração dos entes federativos, a priorização das ações de prevenção e educação, a modernização dos corpos de bombeiros, a criação de grupos de pronta resposta e a normatização da segurança contra incêndio e pânico.

A proposta define os objeti-

vos específicos dessa política, como reaparelhar os corpos de bombeiros, expandir seus serviços nos municípios e desenvolver ações regulares de capacitação. Outra ação visa implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da indústria nacional de veículos, materiais e equipamentos utilizados por essas corporações.

Relatora da matéria, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) esclarece que o projeto não contempla propostas como a criação de piso de remuneração e outras que impactariam de forma relevante nas finanças públicas. De acordo com a relatora, caberá à União e aos estados apenas adequar suas programações orçamentárias às diretrizes da política.

Com a aprovação na CAE, o projeto irá para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Comissão amplia lista de doenças que permitem isenção de IR

Projeto prevê que portadores de enfermidades reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas fiquem livres de pagar Imposto de Renda. Proposta precisa passar por novo turno de votação na Comissão de Assuntos Econômicos

APÓS MUITA POLÊMICA, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o substitutivo ao PLS 315/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que concede isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma aos portadores de doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas. Como o texto original sofreu mudanças, passará por turno suplementar de votação na CAE.

Uma das primeiras medidas adotadas pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), foi manter a inclusão da doença de Huntington e da linfangioleiomiomatose pulmonar no rol de doenças cobertas pelo projeto. Ambas foram introduzidas, respectivamente, por emendas do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) e do ex-senador Paulo Davim.

— Nosso parecer é pela justiça social. Nós já demos esse tratamento [isenção de IR] a outros segmentos que têm doença grave — argumentou Jucá, dizendo que a economia gerada pelo benefício permitirá aos portadores investir mais em medicamentos e tratamentos.



Ao lado de Wilder Morais, Waldemir Moka fala sobre o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

A iniciativa de Paim e o parecer de Jucá foram elogiados por Moka, Reguffe (PDT-DF), Omar Aziz (PSD-AM), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado, também apoiou a aprovação.

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), aplaudiu o viés social, mas se disse surpreso com requerimen-

to do líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), que pretendia suspender a votação do projeto e anexá-lo a outros correlatos em tramitação. Pimentel defendeu o requerimento afirmando sua intenção de evitar “decisões diferenciadas” sobre o mesmo assunto. E admitiu a aprovação da medida desde que se fizesse a distinção entre os casos de alta e baixa gravidade para concessão da isenção do IR.

Chioro deve falar sobre avanço da dengue no país e Mais Médicos

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, será convidado a participar de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para tratar do avanço da dengue no país e do Programa Mais Médicos. Requerimento nesse sentido, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), foi aprovado ontem. Por sugestão de Jorge Viana (PT-AC), o debate deverá ser conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que fará audiência para tratar da contratação de profissionais

cubanos pelo Mais Médicos.

Caiado destacou o fato de o número de casos de dengue no Brasil ter levado a Organização Mundial da Saúde (OMS) a considerar que o país vive uma epidemia da doença.

— O Acre tem mais de mil casos por 100 mil habitantes. Goiás está com 968 casos por 100 mil habitantes. Estamos diante de um quadro de epidemia de dengue no país e com centenas de óbitos confirmados — frisou.

Ao falar sobre a situação no Acre, Jorge Viana (PT-AC) destacou a gravidade

do quadro em Cruzeiro do Sul, que é a segunda maior cidade do estado e concentra a maioria dos casos de dengue.

— É uma situação muito difícil. E o pior é que, de cada dez mortes, nove são de idosos, é gravíssimo o quadro.

Como justificativa para que o ministro seja convidado a falar sobre o Mais Médicos, Caiado citou dados do Tribunal de Contas da União (TCU) que, segundo ele, mostram que metade das cidades que adotaram o programa reduziram a disponibilidade de médicos, demitindo antigos profissionais.

Projeto que reconhece parteiras precisa ser votado, diz Capiberibe

No Dia Internacional da Parteira, 5 de maio, João Capiberibe (PSB-AP) destacou a importância do trabalho dessas mulheres, principalmente nas regiões longínquas e isoladas em todo o mundo. Lembrou que o projeto que prevê o reconhecimento da atividade das parteiras, apresentado há mais de dez anos pela deputada Janete Capiberibe, não foi aprovado até hoje.

As parteiras, segundo ele, também atuam em países desenvolvidos, embora de outras formas e com nomes diferentes. No Brasil, além de fazer partos, elas exercem liderança comunitária muito forte.

— A ONU estima que elas evitam dois terços das mortes de mães e recém-nascidos — disse.

Segundo Ana Amélia, lei que acelera tratamento do câncer é ignorada

Ana Amélia (PP-RS) apontou o descumprimento da chamada Lei dos 60 Dias, sobre o tratamento do câncer. A lei determina que o tratamento deve começar até dois meses

corridos após o diagnóstico. De acordo com a senadora, 43% dos 12 mil pacientes diagnosticados tiveram o prazo de 60 dias extrapolado.

— A prevenção e o tratamento na hora adequada são fundamentais para a cura. Quanto antes a doença for diagnosticada, mais cedo o atendimento especializado pode ser iniciado e maiores são as chances de ampliar a recuperação dos pacientes.

Ela também citou o descumprimento da lei que garante a reconstituição da mama retirada por mastectomia.



José Elito destaca, ao lado da deputada Jô Moraes, importância da integração para a segurança

Ministro apresenta estrutura de inteligência para Olimpíada do Rio

A estrutura de inteligência que funcionará nos Jogos Olímpicos de 2016 foi apresentada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira. Ele participou de audiência na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

De acordo com o general, o Centro de Inteligência Nacional, em Brasília, atuará diretamente com os órgãos de inteligência do Brasil e dos países participantes. Os profissionais serão instala-

dos num centro de monitoramento no Rio de Janeiro, antes e durante os jogos, e todas as atividades serão coordenadas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo José Elito, mais de 100 países já contataram a Abin. Ele acredita que a integração é importante para garantir a segurança do evento.

— Todos têm interesse em colaborar e garantir a segurança de suas delegações — afirmou.

A segunda parte da reunião, destinada a questionamentos dos parlamentares, foi realizada em caráter secreto.

Audiências vão debater gestão esportiva e dispensa de atletas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou dois requerimentos para aprofundar, em audiências, a discussão sobre propostas em tramitação no Congresso que tratam da gestão esportiva no país.

Um deles, do presidente da comissão, Romário (PSB-RJ), requer audiência em conjunto com a Comissão de Esporte da Câmara para debater a responsabilidade fiscal das entidades desportivas.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero, o jornalista Juca Kfourri, um representante do Tribunal de Contas da União (TCU) e um do movimento Bom Senso Futebol Clube.

Como lembrou Romário, a MP do Futebol (MPV 671/2015) possibilitou o refinanciamento das dívidas dos clubes por meio da redução de encargos, juros e multas. Isso desde que atendam uma série de exigências, como auditorias independentes e a publicização

das contas; o pleno cumprimento das obrigações previdenciárias, trabalhistas e contratuais; a não antecipação de receitas de mandatos posteriores; e um cronograma para quitação total dos débitos até 2021.

No caso de descumprimento das normas, os dirigentes poderão ser punidos por gestão temerária e os clubes poderão ser rebaixados para divisão inferior dos campeonatos.

A comissão também aprovou a proposta de Dário Berger (PMDB-SC) de audiência para instruir o PL 109/2014, que modifica a Lei Pelé. O projeto trata da dispensa por justa causa de atletas e a cláusula indenizatória a eles referente. Foram convidados, entre outros, os presidentes do Botafogo, Carlos Eduardo Pereira, e do Figueirense, Wilfredo Brillinger, e representantes do Sindicato dos Atletas e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Também foi aprovado, por sugestão de Fátima Bezerra (PT-RN), debate sobre a Política Nacional do Livro.

De acordo com proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, fogos de artifício serão classificados conforme o risco e terão de ser fabricados na zona rural

Projeto proíbe fábrica de fogos dentro de cidade

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta que proíbe a instalação de fábricas de fogos de artifício em zonas urbanas. Apresentado em 2013 pelo então senador Cyro Miranda, o PLS 497/2013 disciplina a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício. O texto agora será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão final.

A redação original do projeto condicionava o funcionamento das fábricas de fogos de artifício à responsabilidade técnica de um profissional diplomado em engenharia química ou química industrial. O relator na CAE, Blairo Maggi (PR-MT), apresentou uma emenda atribuindo a responsabilidade técnica a “profissional qualificado”, conforme regulamentação expedida pelo



Fiscais fazem apreensão de fogos de artifício em Porto Alegre: texto prevê regras mais rígidas para fabricação e comércio

órgão competente.

Anteriormente aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o PLS 497/2013 classifica os fogos de artifício em cinco categorias, de A a E, em ordem crescente

de perigo. Além disso, proíbe a fabricação, o comércio e a queima de balões pirotécnicos e de fogos de artifício que empreguem altos explosivos — materiais sensíveis que podem explodir sob a ação do fogo ou pelo impacto de um golpe.

Os fogos da classe E são de uso restrito, com venda somente para espetáculos pirotécnicos realizados por pessoas especializadas e identificadas em cadastro. Só podem ser queimados com licença da autoridade competente, com

horário e local previamente definidos.

Para as demais classes, uma emenda estabeleceu que a venda seja restrita a pessoas com idade mínima de 18 anos. O projeto determina a instalação de fábricas somente em zona rural e veda a exposição e a venda dos artefatos não certificados pelo órgão competente e fora do estabelecimento credenciado. O texto não permite o uso de fogos de artifício em locais fechados e na proximidade de hospitais, escolas, postos de combustíveis ou inflamáveis. Também proíbe o uso a partir de janelas e terraços próximos de vias públicas.

Quem descumprir a lei estará sujeito a sanções que vão de advertência e multa até suspensão temporária de atividade e cassação da autorização para funcionamento.

Renan cobra reforma do Código Penal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, cobrou ontem a aprovação do projeto de reforma do Código Penal, PLS 236/2012, em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). José Maranhão (PMDB-PB), presidente do

colegiado, disse que vai indicar novo relator e agendar a votação. Em 2014, o então senador Vital do Rêgo, relator, apresentou substitutivo, mas a votação foi transferida para este ano.

Renan anunciou designa-

ção de duas comissões de juristas para atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Desporto.

— Essa é uma iniciativa do Senado que tem andado muito bem com relação a várias matérias — pontuou.

TV digital será tema de audiência pública

A transição do sistema analógico de televisão para o digital será tema de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Requerimento com esse objetivo, apresentado por Hélio José (PSD-DF), foi aprovado ontem.

O Distrito Federal será a primeira região a receber exclusivamente o sinal digital, em abril do próximo ano. Também em 2016 será a vez das capitais São Paulo (maio), Belo Horizonte (junho), Goiânia (agosto) e Rio de Janeiro (novembro). A substituição dos sistemas será concluída em todo o país até 2018.

Os aparelhos de TV mais recentes já recebem o sinal digital, e os demais vão precisar de conversor. O governo promete distribuir conversores aos beneficiários do Bolsa Família.

Serão convidados para o debate o Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, e o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve, entre outros. A data não foi marcada.



Hélio José preside reunião em que se aprovou debate sobre troca de sinais de TV

Consumidor terá acesso a dados complementares

O consumidor passará a ter direito de acesso, sem ônus e com visualização legível, a informações que complementem dados veiculados em anúncios de produtos ou serviços. Essas informações poderão ser prestadas pela internet ou por telefone, desde que sem custo para o consumidor. A medida consta do PLC 46/2014, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e que ainda será submetido ao Plenário do Senado.

O projeto, que modifica o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), estabelece ainda que os dados complementares deverão estar obrigatoriamente disponíveis nos pontos de venda ou de prestação dos serviços e integram o contrato. Além disso, é proibido o emprego de letras e caracteres com equivalência de visualização inferior à que seria obtida com a utilização da fonte tipográfica Times New Roman, tamanho

11, nos anúncios veiculados em jornais, revistas e outras mídias impressas.

O texto também determina que as informações divulgadas pelo fornecedor, em forma gravada ou escrita, mesmo eletronicamente, constituem meios idôneos de prova relativamente à relação de consumo e passam a integrar o contrato quanto às obrigações assumidas pelas partes.

Eduardo Amorim (PSC-SE), em parecer favorável ao projeto da Câmara, diz que a proposta visa garantir mais direitos ao consumidor e representa o aperfeiçoamento da legislação sobre consumo e concorrência. O senador destaca que o CDC prevê que toda informação ou publicidade seja suficientemente precisa e integre o contrato que vier a ser celebrado.

A autora do projeto, a ex-deputada Nilda Gondim, esclarece que o objetivo é permitir ao consumidor “a busca por detalhes e esclarecimentos imprescindíveis”.

Comissão debate situação do transporte aéreo com ministro

As Comissões de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) farão hoje audiência pública conjunta com o ministro-chefe da Secretaria da Aviação Civil, Eliseu Padilha. Na pauta, o marco regulatório para o setor, a administração aeroportuária, novas políticas para a aviação regional e metas e prioridades da pasta.

Para José Pimentel (PT-CE), será uma oportunidade para discutir a amplia-

ção da aviação regional e o turismo interno. Ele lembra que, no Orçamento para este ano, R\$ 2,4 bilhões foram reservados ao modal aeroportuário e grande parte do montante se destina à ampliação de aeroportos regionais.

— É importante discutirmos com o ministro temas como o calendário da construção e ampliação desses aeroportos, bem como uma política de incentivos às passagens, visando

beneficiar o consumidor e o aumento do turismo — defende o senador.

Rose de Freitas (PMDB-ES), que preside a Comissão Mista de Orçamento (CMO), diz que a audiência será uma oportunidade para Padilha explicitar as prioridades orçamentárias, assim como as metas de médio e longo prazo do segundo governo de Dilma Rousseff para a área aeroportuária.

Já Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

lembra que, em 2012, o próprio governo anunciou um plano que previa R\$ 7,4 bilhões de investimentos em aeroportos regionais.

— Até agora esses investimentos ainda não saíram do papel. Em diversas cidades, há empresas querendo investir, mas não podem porque não há infraestrutura — lamenta o senador, lembrando a paralisação das obras nos Aeroportos de Vitória e Goiânia.

Divergências marcam debate sobre aborto

Comissão ouviu defensores e críticos da legalização da prática até a 12ª semana de gestação. Especialistas destacaram consequências da ilegalidade e direitos reprodutivos

A PROPOSTA DE interrupção voluntária da gravidez até as 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), motivou divergências em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado ontem. Para os defensores, as mortes de mulheres em razão de abortos clandestinos e a garantia de a mulher optar sobre se deve ou não reproduzir justificam a liberalização. Além da defesa do direito à vida do feto, os opositores argumentaram que os dados sobre abortos estão sendo inflados para caracterizar um problema de saúde pública e favorecer mudanças na legislação.

Henrique Batista da Silva, secretário-geral do Conselho Federal de Medicina (CFM), foi um dos que observaram que a ilegalidade do aborto não tem impedido a prática no país. Segundo ele, os abortos respondem por 11,4% do total de óbitos maternos e as complicações da prática insegura representam a terceira causa de ocupação dos leitos obstétricos. Seriam mais de 200 mil internações anuais no SUS para curetagens pós-aborto.

— O CFM defende a autonomia da vontade da mulher, presente também em situações de terminalidade da vida, entre outras. A proteção ao ser humano deve se pautar, em princípio, por objetivos morais e éticos — declarou.

Isabela Mantovani, especialista em saúde coletiva, em posição contrária, questionou estimativas de que os abortos ilegais no país se situam entre 1 milhão e 1,5 milhão por ano. Com base em estudo da Universidade de Brasília (UnB) pelo qual uma em cada duas mulheres que abortam precisam de internação, ela afirmou que os abortos clandestinos não passam de 100 mil por ano.

— A estratégia é colocar os números lá em cima para que o aborto seja legalizado — sustentou, dizendo que o mesmo



Elizabeth Kipman fala na audiência presidida por Malta (3º à esq.), relator da proposta, e Paim, presidente da CDH (C)

aconteceu em países onde a prática é liberada.

Guerra de dados

Ana Maria Costa, presidente do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), lamentou a “guerra de dados” sobre o aborto, com informações lidas a partir dos “valores e moralidade” de cada um. Depois de lembrar que a maioria dos países civilizados já legalizou o aborto voluntário no início da gestação, afirmou que o tema diz respeito a retirar a mulher da condição de cidadania rebaixada.

Ilka Teodoro, que coordena a Comissão da Mulher da OAB no Distrito Federal, afirmou que manter o aborto na ilegalidade criminaliza a mulher, cria sobrecarga no sistema de saúde e fragiliza vidas:

— Por isso, o debate aqui é sobre as mulheres que escolhemos deixar morrer em decorrência de maus procedimentos abortivos.

Já a médica Elizabeth Kipman Cerqueira afirmou que a legalização reflete a disseminação de uma “mentalidade antivida”. Destacou que a prática não é livre de riscos de médio e longo prazo à saúde da mulher, tais como doenças circulatórias, distúrbios cerebrais, câncer e desordens psicológicas e mentais. Para Eliane Oliveira, também médica, o aborto “desumaniza e coisifica” a mulher.

— A relação da mulher com a gravidez é de responsabilida-

de, e não de direito de matar uma criança que não tem condições de se defender — opinou Elizabeth.

A presidente do Conselho Nacional Saúde (CNS), Maria do Socorro Souza, salientou que as mulheres possuem capacidade para refletir e decidir sobre o que é melhor para si mesmas em relação à concepção. Ela criticou posições morais “injustas” com quem opta pelo aborto, sobretudo porque são as mulheres que, historicamente, cuidam da vida ao atender as necessidades das crianças e dos idosos.

Maria do Socorro observou ainda que o Brasil é parte em acordos internacionais que obrigam o país a desenvolver políticas em favor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Em reforço, Rosângela Talib, do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir, disse que os direitos reprodutivos

são considerados direitos humanos e, portanto, cabe ao Estado atuar para que sejam cumpridos.

— Tudo que a gente quer é que as mulheres sejam recebidas no nosso serviço e que ninguém coloque o dedo no nariz dela para dizer o que deve ou não fazer. Vivemos num país laico e é sua consciência esclarecida que vai lhe dar um norte — comentou.

Direitos

Maria Esther Vilela, que representou o Ministério da Saúde, destacou que a assistência aos direitos reprodutivos inclui a obrigação da oferta de serviços públicos de orientação e de amplo leque de métodos contraceptivos.

De militância católica, o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles considerou que a mulher, na realidade, é a grande vítima

do aborto. Ele apelou para que o governo implante com todo o rigor o Programa Rede Cegonha, a seu ver, um bom caminho de proteção à grávida que, por se sentir abandonada, acaba optando pelo aborto. Também deseja uma legislação que puna o machismo do homem que deixa sem apoio uma grávida.

Autor do projeto do Estatuto do Nascituro, que tramita na Câmara, o ex-deputado Luiz Bassuma, um dos mais críticos à legalização do aborto, disse que a prática vai além de um “assassinato”, significando o “roubo de uma vida, dos sonhos e esperanças”. Ele condenou a ideia de que o tema direitos reprodutivos seja de interesse apenas feminino, não cabendo ao homem opinar.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) criticou a criminalização do aborto e pediu um olhar mais humanitário sobre o assunto. Ela relatou a história da sua avó, parteira no interior do Piauí, que acolhia mulheres que estavam “perdendo o bebê”, como se falava na época.

— A sociedade deve despir-se das questões religiosas, das disputas ideológicas, da guerra dos números e estatísticas e lançar um olhar mais humanitário para a questão do aborto — declarou, apontando as diferenças entre as mulheres ricas e pobres no que se refere à assistência nessas situações.

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) também participou da audiência.

Sugestão da sociedade pode virar projeto

A audiência da CDH foi a primeira de uma série programada para orientar a decisão sobre sugestão vinda da sociedade (SUG 15/2014) sobre projeto para legalizar o aborto até a 12ª semana de gestação, com o suporte do SUS. A proposta chegou ao Senado pelo Portal e-Cidadania, com apoio de mais de 20 mil pessoas. Para tramitar como projeto, precisa da aprovação na CDH.

As audiências foram solicitadas por Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão, e Magno Malta (PR-ES), relator do texto, que se revezaram na coordenação do primeiro debate. Malta garantiu que não vai fechar o relatório a “toque de caixa”. Disse que vai promover encontros entre defensores e críticos da proposta com os demais senadores da comissão, em almoços de trabalho, para

que os colegas possam formar melhor juízo sobre o tema.

No Brasil, apenas em três situações o aborto deixa de ser crime e pode ser feito de modo assistido no SUS: em caso de gravidez resultante de estupro, de risco à vida da mãe e quando a gestação for de feto anencéfalo. Em qualquer outra hipótese, a prática ou a promoção do aborto podem acarretar de um a quatro anos de prisão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

O governador Beto Richa e o ministro Pepe Vargas, da Secretaria de Direitos Humanos, foram convidados para falar sobre o episódio que ganhou repercussão internacional

Comissão discute hoje confronto entre polícia e professores no Paraná

O CONFRONTO OCORRIDO entre policiais militares e professores do Paraná, na quarta-feira passada, será debatido hoje em audiência pública interativa promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a partir das 9h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho

Os professores entraram em greve no dia 25 de abril contra a aprovação de mudanças nas regras de aposentadoria do funcionalismo estadual, o que os levou a realizar várias manifestações públicas. No dia da votação pela Assembleia Legislativa do Paraná, protestos no Centro Cívico de Curitiba resultaram em mais de 200 feridos por balas de borracha e bombas de efeito moral, além de 7 manifestantes presos. A Secretaria de Segurança Pública afirma que, entre os feridos, 20 são policiais.

O Ministério Público paranaense investiga se houve excessos na repressão policial e abuso de autoridade. O requerimento foi apresentado pelo presidente da CDH, Paulo



Protestos contra novas regras para a previdência estadual deixaram mais de 200 feridos, principalmente manifestantes

Paim (PT-RS) e pelas senadoras Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Fátima Bezerra (PT-RN). A audiência contará com a participação de deputados federais.

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, e o governador do Paraná, Beto Richa, foram convidados para participar. Além deles, foram chamados

o secretário estadual de Segurança, Fernando Francischini; o chefe da Casa Militar, coronel Adilson Castilho Casitas; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Hermes Silva Leão; além de representantes de entidades como OAB, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Anistia Internacional.

Moção cobra apuração de excessos e punição de responsáveis

A Comissão de Educação aprovou ontem, por unanimidade, moção de repúdio ao tratamento dado

pela Polícia Militar do Paraná à manifestação dos professores ocorrida em Curitiba, na quarta-feira passada, que resultou em mais de 200 feridos. Lido pela vice-presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), o texto registra o uso de "cassetetes e cães" contra docentes que protestavam de forma legítima e democrática.

"Foi um fato que atingiu a honra não só de quem estava na manifestação, mas a de todos os professores de nosso país. A sociedade não aceita mais esse tipo de afronta", reitera a moção, que pede a apuração dos excessos e a punição dos responsáveis. O texto lembra que os professores do Paraná lutam pela valorização salarial e por ensino de qualidade. Fátima voltou a cobrar, em Plenário, na condição de coordenadora do Núcleo de Educação do PT, que os responsáveis sejam punidos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Ex-secretária da Mesa, Claudia Lyra recebe voto de aplauso

O Senado homenageou ontem a ex-secretária da Mesa, Claudia Lyra, que se aposenta após 34 anos de Casa. Vários senadores destacaram a competência e a dedicação da servidora e aprovaram um voto de aplauso como forma de reconhecimento.

Claudia é analista legislativa desde 1981 e foi secretária-geral da Mesa de março de 2007 a abril de 2014. A função é ligada à Presidência do Senado, assessora a Mesa Diretora e é responsável pelo provimento das informações sobre o processo legislativo.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, ressaltou a segurança da servidora na condução do trabalho.

— Nos momentos mais tensos, mais dramáticos desta Casa, Claudia, sempre sorridente, esteve firme em defesa do Brasil — elogiou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA) e Marta Suplicy (PT-SP) destacaram o papel de Claudia como mulher à frente de um cargo de grande responsabilidade. A ex-servidora também foi homenageada por Cássio Cunha Lima

(PSDB-PB), José Agripino (DEM-RN), Benedito de Lira (PP-AL), Blairo Maggi (PR-MT), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Romero Jucá (PMDB-RR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Omar Aziz (PSD-AM).

Prêmios para jornalismo e poesia

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem dois projetos de resolução que criam premiações a serem concedidas pelo Senado para profissionais que se destaquem na defesa da liberdade de imprensa e na poesia.

O PRS 1/2015, de José Medeiros (PPS-MT), cria o Prêmio de Jornalismo Roberto Civita e o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita.

Durante a votação, foi aprovada uma emenda sugerida pelo relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), para que o Prêmio Roberto Civita seja concedido para profissionais de qualquer área, jornalistas ou não, que se destaquem na defesa da liberdade de imprensa, de expressão e das instituições democráticas.

A proposta original previa que o Prêmio Roberto Civita seria concedido sempre a um

jornalista, mas a mudança foi aprovada para que a nova premiação não se confunda com o Prêmio de Jornalismo Roberto Marinho, já criado pelo Senado. Já o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita deverá ser concedido todos os anos a um dirigente de veículo de comunicação.

A premiação deverá ocorrer anualmente na semana em que cair o dia 7 de junho. Os candidatos serão examinados por uma comissão composta por 11 senadores, levando-se em conta a proporcionalidade partidária. A comissão também será formada por 5 representantes da sociedade civil.

Também foi aprovada pela CE a criação do Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia (PRS 58/2014). A honraria deverá ser concedida, a

cada dois anos, para três obras de poesia ou ensaio sobre poesia nacional.

A premiação prevê a impressão das obras dos agraciados. Até 19 de setembro do ano de cada edição, os candidatos podem se inscrever, com obras inéditas ou editadas desde o ano anterior. A seleção ficará a cargo de uma comissão designada pela CE. A entrega do diploma ocorrerá na primeira quinzena de novembro.

A iniciativa foi do ex-senador Ruben Figueiró e o relatório aprovado é de Simone Tebet (PMDB-MS).

— Essa premiação vai ser uma sementinha a mais no cultivo da obra eterna deste poeta do mato. Que a inspiração de seu patrono propicie novos amanheceres para a poesia — disse a senadora.

Ambos os projetos seguem agora para a Mesa do Senado.

Em debate, texto que obriga bolsistas a cooperar com escolas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza hoje audiência pública, a partir das 10h30, para tratar do PLS 224/2012. O projeto determina que os estudantes que recebem bolsas de estudo no ensino superior prestem serviços de divulgação, formação e informação científicas e educacionais em estabelecimentos públicos de educação básica por, no mínimo, quatro horas semanais.

A audiência receberá cinco convidados: Adriana Rigon Weska, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Cleuza Rodrigues Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores

em Educação; Adão Francisco de Oliveira, secretário de Educação e Cultura do Tocantins, representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação; e um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ainda não determinado.

O autor do projeto é Cristovam Buarque (PDT-DF), que entende que cientistas em formação por meio de programas que consomem recursos do governo podem ajudar a despertar o interesse de crianças pelas matérias científicas nas escolas.

A relatoria, favorável à aprovação, é de Ana Amélia (PP-RS), que observa que o grande mérito é aliar a formação de capital humano para o país com a prestação de serviços às escolas públicas.

De acordo com especialistas ouvidos na comissão mista que estuda a MP do Futebol, agremiações perdem muito dinheiro por serem administradas de forma ultrapassada

Debate vê falhas na gestão dos clubes de futebol

EM AUDIÊNCIA ONTEM na comissão mista que analisa a MP do Futebol (MP 671/2015), especialistas advertiram que a discussão a respeito da modernização do futebol brasileiro deve ir além do refinanciamento das dívidas dos clubes — tema da MP — porque os problemas não se limitam a isso.

Para o consultor Amir Somoggi, especialista em gestão e marketing esportivo, as entidades insistem num modelo de gestão “sem racionalidade”, “insustentável” e que “caminha de lado”. Ele entende que é necessário um “choque de gestão”.

— Mesmo que se resolva a questão fiscal, não se resolverá a gestão. Temos que forçar os clubes a requalificar suas finanças. Se não repensarmos o modelo de administração, ainda veremos clubes tradicionais fechando as portas.

O ano de 2014 foi o pior da história do futebol brasileiro. Os clubes da Primeira Divisão acumularam um déficit de R\$ 598 milhões e o endividamento coletivo somou R\$ 6,6 bilhões — o que equivale a dois anos de faturamento. As dívidas são de natureza fiscal, trabalhista, bancária e com fornecedores. Segundo o especialista, não há perspectiva de recuo das cifras.

— As receitas não crescem há três anos e as dívidas evoluem. Há dependência quase extrema das cotas de televisão, patrocinadores não estão colocando mais recursos, falta criatividade no marketing e os estádios continuam vazios. Daqui a alguns anos, vamos estar falando em

déficit de bilhões de reais.

Walter de Mattos Junior, presidente do Grupo Lance! (que edita o jornal esportivo de mesmo nome), referiu-se ao modelo de gestão dos clubes como “atoleiro”:

— A origem dos clubes foi sem fins lucrativos. No entanto, são entidades mercantis que faturam milhões, negociam, organizam eventos. Não há dirigentes punidos por gestão temerária, por mais que tenham deixado os clubes falidos. Não vai haver gestão profissional nesse modelo amador.

Modelo da ditadura

O empresário acredita que o futebol brasileiro tem potencial para ser um importante elo econômico e social, mas diz que não há iniciativas para aproveitá-lo nesse sentido. Ele chega a estimar quanto os clubes deixam de faturar por não estarem estruturados:

— O futebol é um grande negócio, tem uma cadeia produtiva sofisticada, emprega dezenas de milhares de pessoas. Só que não o exploramos adequadamente. Deixamos na mesa R\$ 1 bilhão numa atividade que as pessoas querem ir, mas não damos condições.

O advogado Pedro Trengrouse, especialista em legislação esportiva, criticou a estrutura de poder do futebol brasileiro, que subordina os clubes às federações estaduais e as federações à Confederação Brasileira de Futebol (CBF):

— Esse modelo foi criado na ditadura do Estado Novo, quando se determinou que



Na mesa, durante o debate, Walter de Mattos Junior, Sérgio Petecão, Otavio Leite, Andres Sanchez e Pedro Trengrouse

deveria haver uma única entidade para gerir o esporte. Ele concentra a riqueza na CBF e nas federações. A autonomia da vontade, ser membro por querer ser membro, não estava na origem do sistema. Mesmo assim, ele foi recepcionado na Constituição de 1988 com autonomia. Somos reféns dele.

O advogado questionou também os mecanismos eleitorais dentro dessas entidades, que, em sua avaliação, são refratários à renovação de lideranças.

— Por que atletas e clubes não têm direito a voto nas organizações que administram suas competições? Dirigentes se sucedem e a base de poder permanece a mesma. Se a ditadura criou esse sistema hermeticamente fechado, não dá para esperar nada mais.

Dos três debatedores, Trengrouse foi o mais crítico à medida provisória. Em seu ponto de vista, a proposta do governo “usurpou a competência do Congresso”, uma vez que não respeitaria o requisito da ur-

gência e atropelaria anos de debate no Legislativo sobre as dívidas dos clubes. Além disso, as condições que impõe aos clubes seriam injustas:

— Existe a intenção de criar uma servidão por dívida. Não podemos nos aproveitar de um momento de fragilidade dos clubes para impingir, de forma açodada, condições que não necessariamente precisavam ser contrapartida. Se o clube pagar a dívida, não pode ser obrigado a fazer outras coisas em razão dela.

Devedor contumaz

A MP estabelece um refinanciamento das dívidas fiscais dos clubes, mas estipula uma série de exigências que devem ser seguidas pelas agremiações que aderirem ao programa. Até agora, nenhum clube aderiu.

Mattos Junior defendeu as contrapartidas elencadas na MP. Para ele, se o governo se mostra disposto a negociar os valores devidos pelos clubes,

deve ter o direito de demandar posturas específicas em troca:

— O refinanciamento do passivo autoriza o Estado a exigir contrapartidas do devedor. Ainda mais que [os clubes] são devedores contumazes, que acumulam dívidas há anos. O conjunto de regras visa garantir uma disciplina saudável.

Somoggi também vê com bons olhos a MP e as deliberações do Congresso, mas crê que nada mudará se a postura dos clubes em relação a sua própria realidade continuar a mesma.

Hoje haverá nova audiência sobre a MP.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

Parlamentares pedem que Rondon seja considerado herói nacional

Nascido no dia 5 de maio de 1865, em Mimoso, distrito de Santo Antônio do Leverger, em Mato Grosso, o militar e sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, foi homenageado ontem em sessão solene do Congresso. Participantes defenderam a inclusão do nome de Rondon no *Livro dos Heróis da Pátria*, ao lado de personagens ilustres da história do Brasil, como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o primeiro da lista, seguido por Zumbi dos Palmares e pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

— Nossos jovens precisam conhecer melhor esse mato-grossense que fez um Brasil diferente — disse o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), um dos autores do Projeto de Lei 1.037/2015, que propõe a inscrição de Rondon entre os heróis nacionais.

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que Rondon é reco-

nhecido mundo afora, embora sua história seja desconhecida de muitos brasileiros. Para o general de exército Gerson Garcia, é importante que o país cultue seus líderes. Outras autoridades e os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO) também estiveram presentes.

A sessão foi marcada por relatos da vida do marechal, que batiza o estado de Rondônia e a cidade de Rondonópolis. Engenheiro, Rondon entrou para o Exército aos 16 anos. Em maio de 1955, aos 90 anos, recebeu do Congresso as insígnias de marechal três anos antes de sua morte. Com o lema “Morrer, se preciso for; matar, nunca”, ele ajudou a proteger várias etnias indígenas, demarcando suas terras. Fundou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), precursor da Funai. Abriu estradas e atuou na expansão de linhas telefônicas.



Em sessão solene, congressistas defendem reconhecimento do marechal

José Medeiros enaltece memória do homenageado e questiona Funai

Os 150 anos de nascimento de Cândido Rondon foram comemorados por José Medeiros (PPS-MT). O senador lembrou a importância do trabalho de Rondon para a proteção dos índios e questionou o papel da Fundação Nacional do Índio (Funai), cuja atuação resulta em “desserviço” na resolução de conflitos, opinou.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Medeiros afirmou que os índios demandam infraestrutura e a Funai não os ajuda quando cria obstáculos para realizar obras em estradas. Em sua opinião, essas intervenções têm levado ao acirramento de ânimos contra os indígenas, disseminando um espírito de segregação que vai contra o legado de Rondon.

Senado aprova voto de censura ao governo da Venezuela

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de censura ao governo da Venezuela proposto por Romero Jucá (PMDB-RR). O motivo é a prisão de políticos opositores ao regime do presidente Nicolás Maduro.

— Os opositores têm proteção dos países do Mercosul no que diz respeito ao exercício pleno de qualquer atividade política — declarou.

Aécio Neves (PSDB-MG) saudou a posição e aproveitou para convidar os colegas para debate amanhã sobre o assunto na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) considerou a decisão precipitada e criticou o que vê como alinhamento da oposição a políticos de oposição da Venezuela que seriam, em sua opinião, golpistas. Para o senador, “não existe santo nesta história”.